

IX Encuentro Nacional y III Congreso Internacional de Historia Oral de la  
República Argentina  
*“Los usos de la Memoria y la Historia Oral”*

**Memórias de “bicho”**

Marcos Alvito (UFF)

Resumo: A partir de entrevistas com oito oficiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro, pudemos perceber que as memórias acerca dos tempos em que eram jovens cadetes na Escola de Formação de Oficiais são bem mais marcadas pelas experiências extra-curriculares como trotes, "brincadeiras" e sobretudo pela relação individualizada entre o "veterano" (aluno do terceiro ano) e seu "bicho" (aluno do primeiro ano). Nossa hipótese é que este conjunto de práticas não previstas oficialmente mas extremamente arraigadas na cultura da corporação constituem uma das formas primordiais de interiorização de estruturas (de pensamento, valores e comportamento) que caracteriza o habitus específico deste grupo, sobretudo a aprendizagem da linguagem da violência, do respeito à autoridade e à hierarquia, bem como da importância das relações pessoais em detrimento das normas universais.

“A partir de agora, entrego essas almas pra vocês.” Com estas palavras, o major comandante da Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro (EsFO) termina seu discurso de recepção aos alunos que acabavam de entrar na instituição. Ele sai, tranca a porta do auditório e a partir daí, relembra mais de vinte anos depois Walter<sup>1</sup>:

“Putaquepariu! Começou! O trote começou ali, uma coisa de louco, rola no chão, pula daqui, e todo mundo de terno! E tudo cagado! Que porra é essa? Que que é isso? Aí, vem um cara cortar seu cabelo, raspa sua cabeça, aí, caramba! Você não sabia de onde vinha! O esporro, a sacanagem.”

Naquele momento, os jovens aprovados no concurso para a EsFO<sup>2</sup> deixavam de ser civis e passavam a virar bicho, termo com que são

designados os alunos do primeiro ano. E como lembra o próprio Walter: “Uma vez, um cara do terceiro ano chegou e falou o seguinte: - Bicho tem que ser adestrado!”. Durante todo o primeiro ano, os bichos vão sofrer o trote, que pode ser de dois tipos, moral e físico. O primeiro tipo é definido duramente por Bernardo<sup>3</sup>, um tenente coronel já aposentado:

“o trote moral é aquele que humilha você como homem. Você como homem. O cara mandar você ir na frente de todo mundo, como aconteceu com um colega meu de turma (...) estava chovendo e o cara mandou ele entrar com um cabo de guarda-chuva enfiado na boca e ele desfilou ali em frente a todos nós.”

Já o trote físico, como o próprio nome diz, consiste em pagar “barra, flexão, polichinelo, corrida, banho frio”<sup>4</sup>, enfim, aquele dirigido ao corpo mais do que à alma. Mais adiante irei voltar ao conteúdo do trote e às suas modalidades. Por ora, quero apenas apresentar o objetivo deste artigo: examinar, através da memória do “tempo de bicho”, de que maneira um conjunto de práticas não previstas oficialmente, mas extremamente arraigadas na cultura da corporação constitui uma das formas primordiais de interiorização de estruturas (de pensamento, valores e comportamento) que caracteriza o habitus específico deste grupo.

#### Palavra de xerife

Antes de tentar fazê-lo, todavia, preciso explicar a origem desta pesquisa e do título deste artigo: “Memórias de bicho”. Minha pesquisa de doutorado tratou da favela de Acari<sup>5</sup> e do impacto sobre a localidade da guerra cotidiana entre policiais e traficantes de drogas. Em um dos capítulos<sup>6</sup> eu chego a fazer uma comparação entre os policiais militares, chamados de azuis e as “facções” ou “comandos” do tráfico de drogas na cidade do Rio de Janeiro. Ao retornar à universidade, fui convidado por um colega para dar uma palestra em um curso de Pós-Graduação Lato Sensu sobre justiça criminal e segurança pública. A particularidade maior deste curso consistia no fato de que os alunos eram quase que exclusivamente oficiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Temeroso da recepção junto a estes alunos, hesitei mas acabei aceitando o

convite. A palestra versou sobre a história da problemática relação entre as instituições policiais e a população pobre no Rio de Janeiro e eu não poupei críticas à atuação da Polícia Militar, embora fizesse questão de tentar mostrar a história da corporação como a origem de muitos dos problemas ainda hoje existentes em uma análise “despersonalizada”. Para minha surpresa, ao final da aula, o xerife<sup>7</sup> veio até a mim e disse que em nome da turma agradecia pelos conhecimentos que haviam sido transmitidos. Não sem antes salientar que a impressão anterior é de que eu era um indivíduo contrário à Polícia Militar – depois vim a descobrir que uma outra professora havia lhes pedido que lessem um capítulo da minha tese – mas que agora haviam mudado de opinião a meu respeito.

Naquele ano mesmo, devido à boa repercussão causada pela minha aula e a pedido dos próprios oficiais, fiquei encarregado de ministrar anualmente a disciplina “A Polícia e os Pobres” com uma carga horária que tem variado entre 12 e 16 horas-aula. Depois de dois ou três anos, resolvi aproveitar o bom-ambiente que desfrutava junto aos alunos para iniciar uma pesquisa de história oral versando sobre histórias de vida de oficiais da PM carioca. Devo esclarecer que o meu curso, ao contrário de outros, ainda tinha o status de um conjunto de palestras, o que me desobrigava de impor-lhes qualquer tipo de verificação dos conhecimentos<sup>8</sup>. Este ponto é importante porque os oficiais que se voluntariaram para conceder-me entrevistas o fizeram sem nenhuma perspectiva de melhorarem uma possível nota<sup>9</sup>.

Das oito entrevistas, cinco foram realizadas na minha sala de trabalho na universidade, duas em quartéis da Polícia Militar e uma teve sessões na universidade e em um quartel. Seis delas foram com oficiais do sexo masculino e dois com oficiais do sexo feminino, chamadas na corporação de “Fem” (Major Fem, Capitão Fem etc). Tirando uma oficial recém-formada e que tinha a patente de tenente, todos os entrevistados eram oficiais superiores, majores ou tenentes-coronéis, indivíduos com vinte anos ou mais de trabalho na Polícia Militar. Sete estavam na ativa e um era aposentado.

Como já afirmei, foram entrevistas de “histórias de vida” com ênfase no processo de formação e na atuação profissional, resultando em um material com dezenas de horas gravadas<sup>10</sup>. Além das entrevistas e do momento extremamente rico de troca em sala de aula, eu também fiz algumas visitas a

quartéis da PM e conversei com alguns oficiais na universidade fora da sala de aula, sobretudo durante as refeições, fui a reuniões e festas promovidas pelo grupo e troquei algumas mensagens de e-mail além das necessárias para marcar as entrevistas. De qualquer forma, as análises e conclusões presentes neste artigo tem como base as entrevistas. Por conta da especificidade dos assuntos tratados, todas as entrevistas foram concedidas em caráter de anonimato.

## Um grande emprego

Antes de voltar ao primeiro dia na escola e ao trote, é preciso tentar responder a duas perguntas fundamentais: de onde vêm esses oficiais, a que classe pertencem? E o que leva um jovem ou uma jovem a optar pela carreira de policial militar no Estado do Rio de Janeiro?

Embora este artigo não possa substituir uma pesquisa de cunho quantitativo acerca da origem social dos oficiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro, é preciso salientar que no caso dos nossos entrevistados eles têm uma origem relativamente humilde. Dos oito, dois vieram de famílias que poderíamos qualificar como de classe média enquanto os restantes, nas palavras dos entrevistados: vieram de famílias “sem muitos recursos”<sup>11</sup>, “sem uma condição de vida razoável”<sup>12</sup>, tendo passado uma “infância pobre”<sup>13</sup>.

Quanto aos pais, impressiona a forte recorrência de policiais e de militares. Três dos entrevistados fogem dessa regra: um deles, órfão de pai foi criado pela mãe, costureira e professora primária, outro é filho de pai balconista de loja e um terceiro cujo pai é engenheiro. Entre os cinco cujos pais tinham carreiras afins à de policial militar, dois eram filhos de policiais civis com cargos modestos, um era filho de fuzileiro naval (praça da Marinha) e outro de um oficial do Exército. Um deles teve como pai um oficial da própria Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Embora as motivações afirmadas por eles tenham variado muito, quase sempre tiveram por base muito mais a necessidade do que a vocação. Apenas este último entrevistado afirmou que desde pequeno desejou ser oficial da PM, exatamente por vir de uma família de policiais militares:

“Eu venho de uma família de policiais militares. Meu avô foi policial militar e foi pra inatividade como primeiro tenente; iniciou a carreira como praça. Meu pai é coronel reformado da polícia militar, e eu fui criado desde moleque freqüentando quartel de polícia militar, assistindo desfile de polícia militar e por conta disso ingressei na corporação (...) eu tinha um orgulho muito grande de ser filho de policial militar”

O curioso é que este filho de um oficial da PM não foi aconselhado por seu pai a seguir a carreira de policial militar. Quando eu lhe perguntei se o pai queria que ele fosse oficial da PM, Venâncio<sup>14</sup> respondeu:

“Não, não, não: em hipótese alguma! Embora ele nunca tenha manifestado isso, ficou evidente pra mim quando vibrei: - Passei no concurso da ESP! Eu não percebi essa vibração nele.”

Quando o irmão de Venâncio, que havia sido aprovado para a Escola Naval, pensa em desistir, a reação do pai deixa clara a sua preferência por uma carreira na Marinha em detrimento da PM:

“Então meu pai enfatizou a questão de como se abria para ele um universo, sendo oficial de Marinha. Isso foi algo que me tocou e eu não entendi. E eu falei para ele: -Não estou te entendendo. Eu sou tenente de polícia, tu é coronel de polícia: tá cuspidando no prato que come? E ele ficou numa posição complicada, porque eu dei um xeque nele. Mas eu entendo a posição dele de pai, porque ele quer o melhor pra o filho, e talvez, ideal a parte, Marinha fosse o melhor pro filho, levando em conta custo-benefício, segurança, e até questão financeira...”

As carreiras de militar e de policial são alvo de um interesse especial por parte das camadas mais pobres da população, o que sem dúvida pode ser explicado pelas vantagens financeiras, de estabilidade e de status que elas proporcionam. Mas neste campo de possibilidades<sup>15</sup>, as carreiras militares stricto sensu, ou seja, de oficial de Marinha, Aeronáutica ou Exército, são bem mais valorizadas do que a carreira de oficial da Polícia Militar.

Bernardo, por exemplo, tentou carreira na Aeronáutica e depois de ser desligado por problemas físicos volta à vida civil, ingressando no curso de Ciências Sociais de uma universidade pública. Ele só faz concurso para a EsFO “orientado pelo (...) pai e premido pela necessidade”. Walter, por exemplo, fez concurso para a AMAN<sup>16</sup>, para a Escola Naval<sup>17</sup> e só não fez prova para a Aeronáutica por ter problemas de visão. Entra na EsFO somente pelo fato do resultado sair antes de todas as outras “escolas”, pois ele afirma claramente:

“Eu não tinha nenhuma vocação para ser policial militar, meu interesse era sobreviver (...) eu nunca tive vontade de ser policial (...) eu vim a ser policial por uma questão famélica, de ter que arrumar um emprego, trabalhar. O primeiro salário que eu recebi na vida foi emocionante.”

Andrade<sup>18</sup> queria ser advogado mas perde a inscrição no vestibular e vai fazer a prova da PM por ter visto na televisão e “assim quase sem querer”:

“aquele negócio de ‘ah, tudo bem, eu vou lá’. Aí eu fui lá. Não sabia nem o que eu ia fazer. Aí Aí eu fui lá, fiz a inscrição, fiz a prova pro psicotécnico, e tal, passei na prova. Eu era, sempre fui magro, né, agora tô gordo, eu fui magro, eu passei no exame físico, não era muito de fazer ginástica, mas também não tinha nada demais naquele exame, passei no exame físico, e vim cursar a polícia.(...) Aí eu fiz a prova, passei na prova, assim quase sem querer, né”

Nélio começa a fazer Física em uma universidade pública, mas abandona o curso embora gostasse, porque “aquilo não me traria os benefícios de uma carreira vantajosa financeiramente” e “o salário de tenente era bom”. Luiza, criada pela mãe, que vivia da pensão paga pelo pai separado, passa no vestibular de Odontologia para uma faculdade privada, mas não cursa por falta de condições financeiras. Sendo assim, é alertada por um colega de escola acerca do primeiro concurso da PM para oficiais mulheres e decide:

“a minha chance taí, de conseguir emprego (...) A gente sempre lutou por uma vida melhor, de forma que conseguisse um emprego até para ajudar a mãe, porque a mãe é que ficou com a barra toda, né”

Dagoberto, vindo de família muito pobre, o que o obrigou a trabalhar durante toda a infância, faz prova para Geologia interessado em um concurso para a Petrobrás. Faz também prova para a AMAN e para a EsFO. Passa no vestibular, mas quando é aprovado no concurso da EsFO prefere a carreira de policial militar porque:

“era uma coisa tida como um grande emprego. Como o Banco do Brasil também era tido. Era militar, Banco do Brasil e Petrobrás. (...) segundo informações era um emprego certo, que eu tinha dinheiro certo. Eu já tava cansado de ser kombista, camelô e essas coisas todas.”

Mariana<sup>19</sup>, por sua vez, a outra oficial “Fem” que entrevistamos, vinda de uma família de classe média e já formada em Psicologia, vai fazer o concurso para oficial da PM por conta do desengano quanto à possibilidade de uma carreira acadêmica na sua área de especialização. E por um motivo pouco usual: por conta do seu interesse em continuar dançando balé:

“Tipo assim; vou lá, cumpro meu horário e depois dançar. Naquele momento, na minha cabeça, o trabalho na PM estava a serviço da dança. (...) Aí eu pensei em fazer esse concurso, ganho uma grana, e consigo dançar em paz.”

Sendo assim, exceto no caso de Venâncio, filho de oficial da PM, nenhum dos nossos entrevistados ingressou na EsFO por conta de uma vocação e sim devido sobretudo à necessidade de “ganhar a vida” e pelo grau de “estabilidade” e “segurança financeira” proporcionados pela profissão.

## Medo da PM

Na verdade, alguns deles tiveram inclusive que superar traumas já existentes devido a contatos anteriores com a Polícia Militar e a Polícia Civil.

Nélio, por exemplo, quando trabalhava de cobrador na kombi pirata<sup>20</sup> do seu irmão por várias vezes foi “obrigado” a “dar dinheiro” para não ter o veículo apreendido:

“muitas vezes eu perdi a fêria toda arrecadada, que a polícia não abria mão. Tinha uma tal de Delegacia de Trânsito da época, que essa atribuição é da Delegacia de Trânsito, paravam as kombis assim em fila, tomavam o dinheiro de todo mundo e ia embora. A gente dava dinheiro pra kombi não ser apreendida. E quando não tinha dinheiro, como já houveram algumas vezes, a kombi era apreendida e mandada pra um depósito. Se não desse o dinheiro era pro depósito.”

Walter, mesmo sendo filho de um policial civil que trabalhava para o DOPS<sup>21</sup>, tinha medo da polícia em geral devido à forma dela agir no subúrbio onde morava:

“PM eu tinha medo, tinha medo da porrada da PM. PM era aquele negócio da guarnição para dar porrada em todo mundo na rua jogando bola, era mais ou menos assim. (...) A gente via passar. A gente sabia que a polícia dava porrada. Ali no subúrbio, tinha a famosa Invernada de Olaria. Tinha um delegado, o famoso Humberto de Matos. Meu irmão tomou muita porrada dele uma vez . Dele não, da guarnição da PM.”

Como já vimos, até mesmo Venâncio, o único a “abraçar” a carreira por gosto, descobre depois que o próprio pai, exatamente por já ser oficial da PM, queria coisa melhor para o filho e hoje em dia Venâncio concorda:

“E eu sou muito critico. Eu falo com ele hoje, e digo: - Mas você não me contou o que acontecia...E ele: -Mas você vibrava muito como cadete. Eu não poderia te contar. Você vibrava muito como cadete, como aspirante. Se eu te contasse o que acontecia, eu ia trazer implicações pra sua vibração. Então eu vejo mais como um posicionamento de vergonha da cultura interna, que eu levei, naturalmente, um certo tempo pra ler. E essa leitura aconteceu aos trancos-e-barrancos, na minha vivência de batalhão da policia militar.”



Os motivos para essa “vergonha da cultura interna” são muitos. O principal é que a Polícia Militar do Rio de Janeiro é a polícia mais violenta de um país muito violento, recordista absoluta em número de mortes e tristemente célebre pelo artifício da contabilização de execuções sumárias como “autos de resistência”<sup>22</sup>. À época em que realizamos as entrevistas, entre 2002 e 2005, a PM do Rio matava cerca de mil pessoas por ano. Um estudo realizado pela ONG Centro de Justiça Global e pelo Grupo de Pesquisa de Violência e Criminalidade da Uerj mostrou que no ano de 2003, 61% dessas mortes foram causadas por tiros na cabeça ou nas costas<sup>23</sup>. Soma-se a isso uma corrupção endêmica e, como veremos, uma tradição interna de tráfico de influência e favorecimentos pessoais<sup>24</sup>.

O estigma de ser policial militar é tão grande que Walter não confessava para a sua filha de oito anos que era policial, dizendo-se advogado:

“Minha filha não tem consciência do que eu faço. Tem oito anos de idade e não tem consciência do que eu faço. Eu procuro esconder dela, eu digo pra ela que sou advogado, bacharel em direito. (...) mas vai chegar o momento de contar pra ela o que eu faço, eu espero que ela entenda.”

Quando se casou, demorou quase um ano para contar à própria mulher que era policial, fato que de início também não revela aos amigos que faz, pois sabe que só querem o amigo policial para resolver problemas:

“hoje em dia ser policial é uma coisa meio complexa. Tanto na parte social, que você não tem uma aceitação social muito boa, você é visto como jagunço (...). Querem você para tirar multa, pra dar porrada, pra segurar alguém, pra fazer um trabalho, pra cobrar uma dívida. Agora, amizade, eu tenho uma estratégia: eu prefiro dizer que eu não sou para se, eventualmente, a pessoa descobrir quem eu sou, tirar suas conclusões.”

Esta passagem revela que uso da violência por parte dos policiais militares é uma expectativa por parte de setores da sociedade, o que também é percebido por Dagoberto:

“Já tive problemas, namoradas, namorada, pretensas namoradas minhas que ao dizer minha profissão, “não, que isso, você é policial, você deve ser isso”, a conceituação é essa: “pô, tu deve ser bandido, deve matar gente, eu não quero sair contigo, desculpe, não dá pra mim, eu sou, meu nível é outro, meu nível é outro.” Então, tem discriminação na sociedade. Não é culpa da pessoa não, é culpa da sociedade nossa que criou esse mito de que polícia só faz mal: rouba, mata e prende, né, por aí.”

Há até os que acham que a polícia mata menos do que deveria, revela Dagoberto:

“Acredite se quiser, eu ouço pessoas de bem, pessoas esclarecidas, pessoas esclarecidas, de bem, que tem uma ótica: ‘vocês estão muito legais, se vocês matassem todos esses bandidos a polícia não era tão criticada’. Eu escuto isso de pessoas intelectuais inclusive. (...) Tem amigo no prédio que fala pra mim num churrasco que teve: (...) ‘porra, vocês tem que matar todo mundo, bandido tem que morrer’, tem muita gente que tem esse conceito, não são poucos não, e não são policiais. Já ouvi até de juiz.”

Inoculando o vírus da meganha

A principal aposta deste artigo consiste na hipótese de que o “trote” seja uma parte decisiva do processo de socialização dos futuros oficiais da Polícia Militar, a partir da observação feita por Bourdieu (1983:74) de que “os sujeitos não sabem, propriamente falando, o que fazem, que o que eles fazem tem mais sentido do que eles sabem”. É através das práticas de um grupo que ocorre a interiorização das mesmas estruturas objetivas (Idem:74), todas as formas de interação entre os sujeitos estão dominadas pelo habitus (Idem:75), definido como um “senso prático” (1994:45):

“sistema adquirido de preferências, de princípios de visão e de divisão (o que chamamos comumente de um gosto), de estruturas cognitivas duráveis (que são essencialmente o produto da incorporação das estruturas objetivas) e de

esquemas de ação que orientam a percepção da situação e da resposta adaptada. O habitus é este tipo de senso prático do que fazer em uma determinada situação – o que nós chamamos, no esporte, o senso do jogo, arte de antecipar o futuro do jogo que está inscrito em pontilhado no estado presente do jogo.”

Voltando ao episódio relatado por Walter acerca da sua traumática entrada na EsFO, é importante notar as palavras finais do comandante antes de “entregar as almas” aos veteranos:

“Aí, entra o Major X, que era o comandante do corpo de alunos. Todo mundo se apresenta a ele, parará, ele sobe no palco, (...). Aí ele vai fazer um discurso, eu lembro até um termo que ele usava muito: ‘vocês têm que inocular o vírus da Meganha ou então vocês peçam para ir embora.’ E o modo de falar dele, muito peculiar, a entonação [imita uma entonação de voz grave e ameaçadora] (...): ‘Vocês têm que inocular o vírus da Meganha! Ou inocula ou cai fora! Esqueçam o quartel de fora, o quartel não existe; é só aqui dentro.’ “

Meganha é um termo depreciativo para policial, tanto que chegou a ser censurado em um samba de Wilson Batista<sup>25</sup>. Que o comandante da escola, de forma absolutamente enfática, tenha comparado o “ser policial” a um vírus é extremamente esclarecedor dos objetivos não-oficiais da formação na EsFO. E também da forma pela qual este “espírito”<sup>26</sup> será transmitido: da mesma forma que os vírus, pelo contato direto através das práticas cotidianas exatamente como Bourdieu afirma. O comandante opõe o quartel visto “de fora”, que “não existe” e o quartel real, isto é, com as práticas efetivas que se davam ali para muito além do currículo escolar: “é só aqui dentro”. Essa distinção entre o que é visto por quem está de fora e por quem passa a viver dentro dos muros da escola sem dúvida já aponta para uma questão fundamental acerca da polícia brasileira e da contradição existente entre a sua função legal e a suas práticas cotidianas. Em um livro pioneiro sobre a polícia no Rio de Janeiro, Roberto Kant de Lima apresenta o que ele chama de “o paradoxo legal brasileiro”, ou seja (Lima, 1995:1):

“No Brasil, uma ordem constitucional igualitária é aplicada de maneira hierárquica pelo sistema judicial. Diferentes tratamentos legais são dispensados às mesmas infrações, dependendo da situação social ou profissional do suspeito.”

Em suma, se em teoria todos os cidadãos tem os mesmos direitos, na prática, como diz o provérbio (Idem:3) “No Brasil todas as pessoas são iguais. Mas há sempre algumas que são mais iguais do que as outras.” A polícia desempenharia exatamente este papel, de “complementar o sistema judicial oficial” por meios extra-oficiais, é claro. Vide a passagem já citada em que vizinhos de um policial em um bairro de zona sul reclamam com ele que a polícia estaria “matando pouco”. Quando o major comandante diz que “o quartel não existe” ele está na verdade afirmando que a definição legal do papel da escola é irrelevante, só pra civil ver, e que eles na verdade não são alunos, são bichos.

Muito antes dos “alunos” entrarem em sala de aula, eles começam o seu adestramento como bichos nas mãos dos veteranos, ansiosos para se apossarem dos bichos assim que cruzam o portão da escola (Andrade):

“Na hora que a gente tava lá, falou: ‘vamos’, falei: ‘tá’, porque todo mundo entrou, todo mundo junto, os veteranos que era o pessoal do terceiro ano tava esperando a gente de goela aberta, começaram a gritar: ‘malha’ e ‘paga’ e você sabia que pagar flexão, que era flexão que todo mundo paga, porque tem esse negócio do trote, né. Então você, aquilo foi um trauma pra mim porque tinha que obedecer e porque tem que obedecer tem que pagar. E era aquilo ali, todo mundo fazia, um mandava fazer, aí botava em forma, e marcha daqui, marcha dali, eu não sabia marchar, paguei muito mico, foi muito difícil porque eu nunca tinha ido.

O trote não se restringe à primeira noite passada sem dormir na escola, definida por Andrade como “coisa bem traumática” e que mesmo Venâncio considera como “chocante”. O trote vai acontecer durante todo o primeiro ano. Cada bicho é designado a um veterano, isto é, a um aluno do terceiro e último ano da escola. A vida de bicho é comparada por Walter a um inferno:

“Quando começou o trote. Aí começou um inferno. Não tem motivo, não tem consideração nem previsibilidade. Tá passando no corredor “Pá, (...), correndo!” Bicho não anda, bicho só corre. Você não pode andar, é proibido andar. Tem as três máximas do bicho: o bicho não tem direitos, o bicho não pode reclamar desses direitos, e o bicho só tem três palavras: ‘Sim, Senhor’, ‘Não Senhor’ e ‘Vou me embora’..”

Aqui temos basicamente um rito de passagem. Explicando melhor: ritos de passagem são definidos por Van Gennep como uma sequência cerimonial que acompanha “a passagem de uma situação a outra, e de um mundo (cósmico ou social) a outro” (Van Gennep,1978 :31). Se o comandante da escola diz aos bichos que eles têm que esquecer o mundo “lá fora” é porque serão transformados em outro seres, para o que terão que “inocular o vírus da meganha”. Como diz Luiza, a entrada na escola dá início a “uma vida totalmente diferente”, o que poderíamos complementar com a frase de Walter: “você tem que ficar esperto e despertar para uma realidade diferente”.

Mas os ritos de passagem não se completam em apenas uma etapa, eles se constituem de ritos de separação, ritos de margem e ritos de agregação (Idem,ibidem). No caso da EsFO, o primeiro ano pode ser caracterizado como um rito de separação, “bicho”, diz textualmente Walter “era uma merda”. Algo informe, ainda não é um militar nem tampouco um policial, para isso acontecer ele tem que deixar de ser civil (Bernardo):

“o mundo das escolas militares é totalmente diferente da sociedade civil. Então o civil, intra-muros, ele é um bisonho, ele é um bisonho, e você tem que entrar, queira ou não queira, em uma rotina”

Por isso o bicho “precisa ser adestrado”: quando eles são entregues aos veteranos pelo comandante não passam de “almas”, são apenas uma matéria-prima bruta a ser trabalhada. Seus cabelos serão cortados, marcando a ruptura com a vida anterior e apagando as individualidades, uniformizando o conjunto que se torna “o corpo dos alunos” como é chamado o conjunto de alunos-oficiais da escola. Como lembra Andrade: “Tinha um barbeiro na época,

a gente foi lá de cabelo, voltou todo mundo de cabelo careca, que ele [oficial] mandou cortar o cabelo de todo mundo.” A importância da “apresentação pessoal” deriva daí: cabelos cortados, barba feita, uniforme de acordo com o padrão, postura corporal, tudo isso vai ser cobrado dos bichos, de forma exagerada e até injusta, exatamente para dramatizar a importância destes traços que simbolizam a ruptura com a vida civil. A forma básica de fazer isso na EsFO era exatamente impedir o retorno temporário do bicho à condição de civil sonhando-lhe o direito de sair da escola no fim de semana, o famoso “LS” ou “licenciamento sustado”. E o motivo era normalmente irrelevante, reclama Dagoberto:

“na escola tinha uma suspensão de fim de semana chamada licenciamento sustado. Era muito punido por coturno, cabelo grande, isso não era uma constante, mas, uma bobeira que a gente desse, uma barbinha e tinha que pagar, e havia uma revista no final de semana, sexta feira, 5 da tarde, ‘vamos revistar todo mundo. Ah, teu sapato tá sujo, fica de LS’, fiquei muito com isso, muito. Às vezes eu pensava que tava limpinho, quando eu chegava lá o cara dizia que eu tava com um pelinho no rosto.”

O bicho não tem direito nem mesmo a alimentar-se da mesma forma que os outros alunos, entra por último no refeitório e por vezes só pode comer aquilo que sobrava, os restos, e até mesmo debaixo da mesa, como se fosse um cão. Pode parecer que estou exagerando, mas a dramatização da condição de bicho às vezes operava em um sentido literal, pois eram obrigados ficar nus no pátio a imitar animais como o boi, servir de montaria como se fossem cavalos ou até mesmo a se comportar como animais de estimação, sempre para marcar a superioridade do veterano sobre o bicho, como explica Walter:

“Tinha um cara da minha turma que era baixinho, e o bicho dele, mais alto. Então, por uma questão de demonstrar a subserviência dele ao veterano, só andava na coleira, de quatro.”

É ainda Walter quem lembra, às gargalhadas, do coral de bichos que despertava a ele e seus colegas como se fossem passarinhos:

“E nós demos trote legal mesmo! Eu como era símbolo da turma de terceiro ano, eu tinha dois bichos. A gente fazia um revezamento; tinham que arrumar a cama. De manhã, tinha que botar minha pasta de dente, escova de dente, na posição correta. Era do 01 ao 07 ali, então os nossos bichos acordavam com um coro. Tocava a alvorada, eles cantavam: -Bom dia senhor veterano! Ficava um regendo...era muito divertido!”

Cada veterano “tem direito” a pelo menos um bicho, designado automaticamente de acordo com a numeração inicial dos bichos, ainda não-hierárquica<sup>27</sup>: “quando entrarem os outros calouros, eu vou ter direito a um bicho” (Andrade), “que corresponde a seu número” (Venâncio). E, dentro da lógica hierárquica, os veteranos melhor classificados na escola (“era do 01 ao 07 ali”) têm direito a mais de um bicho. Na verdade, eles só serão chamados “oficialmente” de bicho, só terão direito ao status de bicho depois de três meses de trote, relembra Walter:

“Trinta de Maio, você recebe a espadinha. A partir de então, você é oficialmente bicho. Aí acontece uma festa do bicho, onde o veterano reconhece: - Não..você já ralou de Março até Maio, Março, Abril, Maio...Aí você vai acostumando.”

A “espadinha” a que ele se refere é o espadim, “réplica em tamanho reduzido da espada (...) [de] Tiradentes”<sup>28</sup>, a qual será substituída por sua espada de oficial no momento da formatura. O curioso é que esse dia, previsto no calendário oficial da escola como dia da entrega do espadim aos “alunos-oficiais” é chamado de por todos de “dia do Bicho”, o que mostra o entrelaçamento perfeito entre o currículo escolar e o processo de “aprendizagem informal”, “daquilo que não está escrito” na expressão utilizada por Venâncio.

Mas o bicho só vai conseguir chegar até o dia de receber o espadim se suportar o trote sem aloprar. Aloprar consta no dicionário como “tornar-se inquieto, agitado” e “amalucar”<sup>29</sup>. Na gíria da escola, aloprar é o mesmo que tomar atitudes inesperadas e inaceitáveis diante do grupo qualificáveis como

loucura: por exemplo no caso de um bicho que não obedece, se revolta contra o trote ou desrespeita um veterano, o que aconteceu com Dagoberto:

“Eu aloprei seriamente num momento, eu, pessoal, mas depois toda turma foi. Eu me aloprei seriamente num rancho, com um veterano, que resolveu me obrigar a comer uma laranja com casca e tudo e eu falei que não comia porra nenhuma. “Me prende o caralho, rapaz, eu te dou é porrada”. Aí foi a primeira alopração que foi quando nego achou que eu era maluco. Eu não era maluco, eu já não tava mais aceitando o trote”

No caso de Dagoberto, ele não desrespeita o seu veterano e sim um outro que queria obrigá-lo a se comportar como um animal. No caso dele, vai ser a intervenção do seu veterano que irá protegê-lo contra o trote abusivo dos outros veteranos, nessa interessante comparação que ele faz da escola com um presídio:

“Então encontrei naquele cara um apoio. Tanto é que quando eu me revoltava perante os alunos do terceiro ano, os amigos dele, [ele, o seu veterano] falou [para os outros veteranos]: ‘não, você tá pensando que ele é um bobão? Não, ele é esperto. Esse não é bobo não, esse aqui não é criado em apartamento não, esse aqui têm um história de vida’, que ele perguntou sobre a minha história, eu contei pra ele no ato. Aí mudou muito, ele foi como um protetor. Parece até um presídio, né, ele falou, ‘Sou protetor’. Quer dizer, vulgarmente, metaforicamente, não é essa a comparação, mas falou: ‘pô, vou dar um valor à ele’, e me deu mesmo. Me deu uma protegida, diminuíram os trotes”

Esta passagem mostra que a relação bicho-veterano é mais complexa do que parece à primeira vista. O bicho, diante do veterano, é obrigado a diversas “prestações”, psicológicas, morais e até mesmo monetárias, em espécie (“pagar lanche”) ou em gênero: Walter fazia seus bichos o presentear com chocolates (“eu nunca comi tanto chokito na minha vida”). O veterano, como se diz entre eles, suga o bicho, que tem que acordar antes da alvorada para fazer a cama do veterano, engraxar os coturnos (botas) do veterano, lustrar o cinto, aprontar as roupas etc. Mas há também a



contrapartida (ou o contra-dom): o veterano ensina ao bicho os macetes para cumprir estas mesmas tarefas, chamados na escola de bizus. Este caráter de reciprocidade foi muito bem percebido por Andrade: “a relação do veterano com o bicho era uma relação”. E é na dinâmica desta relação que o bicho vai aprender aquilo que Andrade chama de “o contrato oculto” do militarismo:

“o veterano acaba ensinando o bicho a marchar, a se fardar, ele acaba, o bicho, acaba ensinando o bicho a se comportar. Aquele contrato oculto que tem de comportamento dentro do militarismo quem passa, é o veterano que passa pro bicho.”

A importância desta relação é admitida tacitamente pelos oficiais que atuam na escola e até mesmo pelo comandante, como já vimos. Afinal, todos eles já foram bichos e já foram veteranos. E talvez pensem como Andrade, para quem o trote é uma parte indispensável da formação do futuro oficial:

“Então, quer dizer, é uma coisa que é interessante. Então, o que acontece: muitas vezes você vê hoje o oficial que não tem certos comportamentos porque não teve um veterano pra ensinar.”

Todavia, faz parte do trote esse caráter pretensamente “oculto”, “não-oficial”, tanto que por vezes os oficiais “fazem de conta” que estão intervindo:

“Algumas vezes os oficiais intervinham, a gente sabe, hoje eu digo, naquela época não, mas pra amenizar, pra evitar alguma coisa mais drástica: “não, terceiro ano, que porra é essa, não faz isso”. Mas a gente sabia que era só falácia e a gente ficava pensando que tava tudo bem mas no dia seguinte voltava tudo: ‘primeiro ano, tá fazendo muita bobagem, vai pagar aí, fica aí acordado até meia-noite [altera o tom de voz, como se estivesse dando uma ordem de comando], vai lá, vamos limpar o pátio”

Aos poucos, depois do choque inicial, o trote vai se naturalizando a tal ponto que os bichos começam até a dar trote uns nos outros, como aconteceu com a turma de Dagoberto:

“nós começamos a dar trote entre nós. Chegava de noite, imputava, sacaneava colega de alojamento pra imputar um veterano, que foi ele escondido jogar uma “hidráulica”, que era uma bomba-d’água, um plástico cheio de água na cama do cara dormindo, pela janela, pá, corria, e ia na nossa cama, ficava quietinho. Pra gente imputar o veterano, entendeu ?”

Ou seja, estes bichos, de tanto serem tratados como bichos, já estavam treinando para serem veteranos. O próprio Dagoberto, dos entrevistados o que parece ter tido a relação mais difícil com o trote, quando chega no terceiro ano dá o trote normalmente:

“o trote eu nunca gostei. Engraçado, eu vou lhe falar uma coisa, lhe confidenciar: eu nunca gostei do trote como aluno, mas no terceiro ano dei trote.”

O mais importante do trote, embora ele seja coletivo, é o bicho obedecer ao seu veterano, jamais desrespeitar o veterano (Andrade):

“o bicho não pode aloprrar com o veterano, não pode dizer que não vai fazer. Você até não quer fazer, mas você não pode dizer que não vai fazer. Você até não faz, mas você não pode dizer que não vai fazer. Isso é ensinado nesse relacionamento e aí você vê um, e vê eles convivendo, engraxando sapato, fazendo as coisas, a gente vai aprendendo como é que, como é que funciona a coisa. E isso é importante”

O veterano só ensina se o bicho for um “bom bicho”, aí “daqui a pouco o veterano tá ajudando o bicho” (Andrade). Isto é: se, como no caso de Dagoberto, o bicho demonstrar ao veterano que ele tem valor, o veterano vai passar a ser uma espécie de pai, como explica Nélio: “Depois o veterano acabava se identificando com o bicho e virava uma relação meio pai e filho”. Venâncio faz logo a equivalência direta entre o veterano e um pai: “Você quando entra, tem um veterano, um pai”. Por um lado, veterano exige do seu

bicho mais do que ninguém, e pode até mesmo castigá-lo fisicamente, tanto que Walter afirma sem ser perguntado a respeito:

“Limpar espadim, limpar tênis, arrumar a cama dele de manhã. Nunca meu veterano me deu surra<sup>30</sup>.” (Walter)

Dagoberto vai além e diante do entrevistador que nada sugerira a este respeito faz questão de afastar a possibilidade de que existissem práticas homossexuais entre veterano e bicho:

“Mas não tinha nenhum trote que denegrísse moralmente o cara, negócio de pederastia, nada disso.”

Mais do que revelar uma preocupação homofóbica e um cuidado em defender a reputação do grupo diante do pesquisador, essa passagem não é tão despropositada assim, pois o termo utilizado por ele, pederastia, remete a um tipo de prática que ocorria na Grécia antiga e que era vista sobretudo como uma relação pedagógica entre o erasta (ativo) e o erômena (passivo) (Dover, 1978). De qualquer forma, essas duas passagens nos permitem avaliar a profundidade da relação bicho-veterano que pode realmente ser comparada a uma relação pai e filho, pois o pai, se tem o direito (e o dever) de punir o filho, também é obrigado a protegê-lo na medida em que é responsável por ele. Para que um veterano dê parte do bicho de outro veterano, isto é, faça uma acusação formal junto a um oficial quanto a alguma falta cometida por um bicho, tem que haver antes a comunicação (e a autorização) do veterano a quem aquele bicho pertence (Walter):

“Pode parecer incrível, mas existe um respeito entre os veteranos... [e seus bichos] cada veterano tem seu bicho, então cada bicho quem ministra é o veterano. Até pra dar parte do bicho do outro, você comunica ao cara: ‘ó, teu bicho fez uma boa [comigo] vou dar parte dele’. Pode até negociar com o cara, um dia quebra o galho do bicho dele, ele quebra o teu. Até porque tem que ter a simpatia do bicho. Há uma relação de simpatia.”

Se o filho deve respeitar o pai acima de tudo, o pai deve também ser digno deste respeito: “tem que ter a simpatia do bicho”. Exatamente como uma relação de parentesco, uma vez instituída, esta relação bicho-veterano vai perdurar durante toda a carreira (Nélio):

“E essa relação não acaba nunca: hoje quando eu encontro meus veteranos eu lhes chamo de veteranos, tenho o maior prazer de encontrá-los, e os meus bichos quando me encontram só me chamam de veterano [fala com voz feliz]. E onde estiver são dois tenentes-coronéis e é veterano e bicho falando, mas sem qualquer melindre.”

Walter, como vimos, afirmou existir uma relação de “respeito” e até de “simpatia” entre veterano e bicho. Venâncio vai além e afirma que além da boa relação que até hoje mantém com seus bichos (nenhum deles jamais usou a expressão ex-bicho) continuou tutelando um deles quando trabalharam juntos em um batalhão já como oficiais:

“Marcos Alvito: E como é o relacionamento hoje, quando o senhor encontra?”

Venâncio: Bom, bom. (...) ficou um relacionamento bom, tanto com um como com outro. Eu agora tive a oportunidade de trabalhar com um no (...) batalhão. (...) Confesso que lá na época, me sentia na obrigação de permanecer tutelando esse tenente e dizia pra termos cuidado com que os valores que nós vamos apresentar aqui não sejam os corretos, eu tenho ainda essa consciência crítica e tentava manter essa tutela, não apenas pela relação veterano-bicho, mas também no sentido de agregar valores; ter mais gente do meu lado”

A relação bicho-veterano, portanto, não só é vista como parte indispensável do processo de formação mas cria um vínculo permanente e até mesmo estratégico no prosseguimento da carreira. Exatamente por isso, no caso de um bicho aloprar seriamente e rejeitar o trote, de forma considerada inaceitável pelo grupo, o conjunto dos alunos vai submetê-lo ao que eles chamam de “surra psicológica” até que o insubmisso desista de permanecer na escola (Walter):

“O trote a princípio era uma brincadeira (...) mas o bicho que se rebelava, ele enquanto não pedia desligamento, ele não deixava de ser literalmente sacaneado. A minha turma fez isso com dois bichos nossos. Enquanto não pediram desligamento, eles foram devidamente massacrados até com a surra psicológica, a gente chamava. Fica sem dormir um dia com os veteranos se revezando a noite toda: “Pede desligamento”, até que o cara pedia. Uma hora o cara pede, ele não agüenta. Eles pediram e foram embora.”

Esta passagem é muito reveladora por vários motivos. Walter falou longamente sobre o trote durante a entrevista e diz ter participado de uma “surra psicológica”, de um “massacre” destinado a obrigar dois bichos rebeldes a pedirem desligamento. Apesar disso, diz que o trote “a princípio era uma brincadeira”. Para Bourdieu, um dos pressupostos da reprodução de determinada ordem social é exatamente o fato de que “os agentes são possuídos pelo habitus mais que o possuem” (Bourdieu, 2002:202). A incorporação das estruturas não pode se dar de forma totalmente consciente, daí o caráter aparentemente lúdico e descompromissado do trote, “a princípio uma brincadeira”, o que é logo desmentido pelo que ocorre quando há uma insubmissão considerada grave pelo grupo.

Isso se dá porque esta “brincadeira” é vista como um teste para “os brios” e o valor daqueles que pretendem “sair oficiais” (uma expressão que lembra o caráter de “presídio” mencionado acima por Dagoberto). Tanto que Walter acrescentou o seguinte depois de dizer que os dois “rebelados” pediram para sair: “Mas não foram grandes perdas pra PM não.”

A passagem de bicho para aluno de segundo ano ou aluno propriamente dito se dá em um outro ritual bastante dramático, a chamada “Noite de São Bartolomeu”, nome que remete ao massacre de milhares de protestantes ordenado pelos reis católicos da França no século XVI. No caso da EsFO, a “Noite de São Bartolomeu” ocorre na noite entre 30 de novembro e 1º de dezembro, o dia em que o primeiro ano vai passar para o segundo e o segundo para o terceiro ano, enquanto o terceiro ano vai se formar, tornar-se aspirante a

oficial, o que leva esta noite a ser chamada também de “Aspirantada”. Nessa noite “Bicho tinha que pegar o veterano!” (Walter):

“A Noite de São Bartolomeu é a noite que permite ao bicho capturar o veterano, fazer com ele o que quiser, e os veteranos se escondem.”

Invertem-se momentaneamente as posições, pois normalmente “você tinha que estar fugindo do veterano” (Nélio) e agora são os veteranos que têm que se proteger do ataque dos bichos, fazendo barricadas e usando de artifícios:

“Lá no chão da escola, era dum material que escorrega pra burro. Então nós fizemos umas bambas hidráulicas, um saco com água dentro pra sacanear os outros. Era uma mistura de água com sabão em pó. Fomos lá na ala dos bichos; caramba, foram uns 40 correndo! Aí jogamos aquilo; -Porra, caiu todo mundo! Eles num podiam entrar no nosso apartamento, mas se pegassem fora, podia pegar. Montar uma cama de barricada...era interessante essa noite pro bicho poder retaliar o veterano. Era a noite de São Bartolomeu.”

A partir daí chegou ao fim o rito de separação. Os bichos passam a ser os alunos do segundo ano. Agora considerados alunos-oficiais, vão cumprir a segunda etapa, o rito de margem. Não são nem bichos nem veteranos. Não podem dar trote nos bichos, nem tampouco aceitar serem desrespeitados por eles. Quanto aos veteranos, os alunos do segundo ano devem dirigir-se a eles tratando-os respeitosamente de “Senhor”. Esta situação transitória era considerada como ideal, avalia Walter:

“o melhor ano da Academia é o segundo ano. (...)porque, no segundo ano, se você for amigo dos veteranos e não se meter com os bichos, tá beleza.”

Os alunos do terceiro ano, são chamados de “veteranos”, termo de origem militar para designar aqueles que já foram à guerra e de lá voltaram vivos. Eles estão prestes a passar pelo ritual de agregação, cuja cerimônia principal será a formatura durante a qual receberão a espada de oficial. No seu

sangue já corre o “vírus da meganha”, desta forma eles são encarregados de transmiti-lo aos seus bichos. Estes são literalmente engolidos pelos veteranos (“o pessoal do terceiro ano estava esperando a gente de goela aberta”), é como se fosse uma relação antropofágica em que o bicho vai ser cuspidos pra fora quando estiver pronto. Depois de escaparem da Noite de São Bartolomeu os veteranos irão tornar-se aspirantes e os alunos de segundo ano serão os novos veteranos, encarregados de por todo o ciclo em movimento novamente.

### O significado do contrato oculto

Quando comecei a entrevistar alguns oficiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro, fiquei surpreso com a riqueza e a extensão das memórias relativas ao “tempo de bicho”. Era um tema diante do qual os meus entrevistados pareciam sentir-se à vontade, talvez por o considerarem menos sério e não tão comprometedor quanto outros, relativos ao cotidiano policial. As lembranças relativas às relações entre bicho e veterano, afora um ou outro incidente, eram relatadas em meio a risos, sempre em um tom engraçado e lúdico. Percebi, todavia, que havia ali um rico veio a explorar e que talvez estivesse ali uma chave para o entendimento da cultura institucional.

A epígrafe do terceiro capítulo de *Esboço de uma teoria da prática* consiste em um “jogo ritual” com uma bola de cortiça durante o qual a bola é chamada de “filha” o jogador encarregado de protegê-la é chamado de “pai” (Bourdieu, 2002:57). A relação bicho-veterano funciona exatamente como um jogo, servindo o seu caráter lúdico para mascarar sua efetividade enquanto prática de incorporação das estruturas objetivas, de inscrição das leis do grupo no corpo dos seus membros. Como lembra Bourdieu em seu livro acerca das “grandes escolas” e do “espírito de corpo”, seus alunos “são a instituição tornada homem” (Bourdieu, 1989:10) e a *illusio*, “o investimento no jogo” é a forma pela qual “os dominados contribuem sempre para a sua própria dominação” (Idem:12), daí a morte social experimentada pelos maus jogadores (Walter): “O trote a princípio era uma brincadeira (...) mas o bicho que se rebelava”. Há que saber sem um “bom bicho”. Os inúmeros conflitos em torno do trote funcionam como “dramas sociais” no sentido dado ao termo por Victor Turner (1974:23ss.). Não por coincidência, Mariana, a única dentre os

entrevistados que não passou pela escola militar nem sofreu trote, devido à sua condição especial de contratada como psicóloga, percebe a vida militar como um teatro:

“A gente aprendeu a fazer teatro, que é fazer esses procedimentos militares na hora em que precisa ser feito. Por exemplo: O momento da parada diária é um momento em que tem que fazer valer. Cantar a canção do policial militar, tem que fazer valer toda a hierarquia, a disciplina. Tem que aprender que tem que fazer a hora do teatro.

As instituições militares têm como pilar “a hierarquia e a disciplina”. Estes dois princípios, embora abertamente afirmados enquanto tal, são ensinados de forma consciente e inconsciente através do trote. Não é à toa que a relação bicho-veterano é comparada a uma relação de parentesco e após o trote é vivenciada como um vínculo do mesmo tipo, que nunca pode ser rompido. E “a família aparece”, esclarece Bourdieu (1994:139), “como a mais natural das categorias sociais”, e por isto está destinada “a fornecer o modelo de todos os corpos sociais”, funcionando “nos habitus, como esquema classificatório e princípio do mundo social”.

Bicho-veterano são filho-pai encarnados, o que serve para naturalizar a aceitação da hierarquia e da disciplina como se fosse uma relação natural, inscrita na ordem das coisas. É isso que significa “inocular o vírus da meganha”: é transformar-se em um outro ser, não é simplesmente adquirir uma série de conhecimentos ministrados nas disciplinas regulares da “escola”.

Este conjunto de práticas não previstas oficialmente mas extremamente arraigadas na cultura da corporação constitui uma das formas primordiais de interiorização de estruturas (de pensamento, valores e comportamento) que caracteriza o habitus específico deste grupo, sobretudo a aprendizagem da linguagem da violência, do respeito à autoridade e à hierarquia, bem como da importância das relações pessoais em detrimento das normas universais. Tudo isso remete, é claro, ao papel da polícia na sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA:



Bourdieu, Pierre, Bourdieu: Sociologia, São Paulo, Ática, 1983.

\_\_\_\_\_, La noblesse d'état – grandes écoles et esprit de corps, Paris, Les Editions de Minuit, 1989.

\_\_\_\_\_, Raisons pratiques – sur la théorie de l'action, Paris, Seuil, 1994.

\_\_\_\_\_, Esboço de uma teoria da prática, precedido de três estudos de etnologia cabila, Oeiras, Celta, 2002.

Cano, Ignácio, Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, ISER, 1997

Dover, Kenneth John, Greek Homosexuality, London, Basil Blackwell, 1978.

Lima, Roberto Kant de, A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos, Rio de Janeiro, Forense, 1995.2.ed.

Monjardet, Dominique, O que faz a polícia: sociologia da força pública. São Paulo, EDUSP, 2002.

Minayo, Maria Cecília de Souza e Souza, Edinilsa Ramos de (Orgs.) Missão investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial. Rio de Janeiro, Garamond, 2003.

Nummer, Fernanda Valli, Ser polícia, ser militar: o curso de formação na socialização do policial militar, Niterói, EDUFF, 2005.

Soares, Luiz Eduardo et alii, Elite da Tropa. Rio de Janeiro, Objetiva, 2006.

Turner, Victor, Dramas, Fields and Metaphors: Symbolic action in human society, London and Ithaca, Cornell University Press, 1974.

Van Gennepe, Arnold, Os ritos de passagem. Petrópolis, Vozes, 1978.

Velho, Gilberto, Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1994.

## NOTAS:

---

<sup>1</sup> Nome fictício assim como *todos os outros mencionados no texto*. Walter, 41 anos, Tenente Coronel, Niterói-RJ, 22 de julho de 2003. Para a listagem geral dos entrevistados ver anexo 1 ao final do texto.

<sup>2</sup> A Escola de Formação de Oficiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro recebeu este nome em 1951, vindo a substituir a antiga Escola Profissional. Em 1998, recebeu o nome atual, Academia de Polícia Militar Dom João VI. Dos oito entrevistados, sete frequentaram a EsFO e somente um a Academia de Polícia Militar Dom João VI. Doravante, afora menção em contrário, quando aparecer no texto “a Escola” estaremos nos referindo à EsFO.

<sup>3</sup> Bernardo, 63 anos, Tenente Coronel aposentado, Niterói-RJ, 29 de abril de 2004.

<sup>4</sup> Idem.

<sup>5</sup> Publicada como *As cores de Acari: uma favela carioca*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. Disponível em [http://books.google.com/books?id=rez-bkfglOsC&dq=As+cores+de+acari&hl=pt-BR&source=gbs\\_navlinks\\_s](http://books.google.com/books?id=rez-bkfglOsC&dq=As+cores+de+acari&hl=pt-BR&source=gbs_navlinks_s)

<sup>6</sup> Capítulo 3: Azuis, verdes, vermelhos... , disponível em [http://books.google.com/books?id=rez-bkfglOsC&pg=PA75&dq=As+cores+de+acari&hl=pt-BR&source=gbs\\_toc\\_r&cad=7#v=onepage&q=&f=false](http://books.google.com/books?id=rez-bkfglOsC&pg=PA75&dq=As+cores+de+acari&hl=pt-BR&source=gbs_toc_r&cad=7#v=onepage&q=&f=false)

<sup>7</sup> *Xerife*, em linguagem militar, é aquele que está temporariamente no comando de um grupamento, muitas vezes encarregado de conduzi-lo de um lugar a outro, de uma sala de aula ao refeitório, por exemplo. O xerife é encarregado de reunir, colocar em forma e conduzir ordenadamente o grupamento até apresentá-lo a um superior hierárquico, já que o xerife é por definição um igual a seus comandados, é um aluno comandando alunos, um cabo comandando cabos e por aí vai. O interessante é que mesmo em se tratando de uma turma de oficiais superiores (majores e tenentes-coronéis) a estudar em uma instituição civil (a Universidade Federal Fluminense) eles haviam re-criado a figura do xerife com outras funções: coordenar a obtenção de fotocópias, servir de elo de comunicação entre os alunos e a direção do curso, organizar festas e reuniões etc. Foi portanto o *xerife* quem teve a incumbência de se dirigir a mim no final da aula.

<sup>8</sup> Apesar disso, é óbvio que eu sempre pedia a eles que fizessem uma avaliação por escrito – anônima e voluntária – do conteúdo do curso, solicitando críticas e sugestões.

<sup>9</sup> Das oito entrevistas, em apenas uma pareceu existir algum “interesse” específico: em um caso fui solicitado a ser orientador da monografia de conclusão do curso. Mas como este é um pedido normal, previsto perfeitamente nas normas de funcionamento do curso, não acredito que tenha sido decisivo para a concessão da entrevista.

<sup>10</sup> Foram feitas mais de 30 horas de gravação.

<sup>11</sup> Luiza, 39 anos, Major Fem, Niterói-RJ, 4 de julho de 2003.

<sup>12</sup> Dagoberto, 47 anos, Tenente Coronel, Niterói-RJ, 3 de julho de 2002.

<sup>13</sup> Nélio, 47 anos, Tenente Coronel, Rio de Janeiro, 7 de abril de 2005.

<sup>14</sup> Venâncio, 31 anos, Major, Niterói, 11 de julho de 2003.

<sup>15</sup> Para o conceito de “campo de possibilidades”, ver Velho, 1994:31ss.

<sup>16</sup> Academia Militar das Agulhas Negras, instituição que forma os futuros oficiais do Exército Brasileiro.

<sup>17</sup> Instituição que forma os futuros oficiais da Marinha brasileira.

<sup>18</sup> Andrade, 40 anos, Major, Niterói-RJ, 27 de março de 2002.

<sup>19</sup> Mariana, 25 anos, Tenente do Quadro de Oficiais de Saúde (Q.O.S.), Niterói-RJ, 10 de julho de 2003.

<sup>20</sup> Transporte *pirata* é o transporte não-regulamentado,

<sup>21</sup> Departamento de Ordem Política e Social, órgão criado ainda durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), era um órgão da Polícia Federal que durante a Ditadura Militar iniciada em 1964 era encarregado da repressão política e da censura aos meios de comunicação.

<sup>22</sup> Para uma análise dos “autos de resistência” como sendo uma fabricação da Polícia Militar, ver Cano, 1997.

<sup>23</sup> “Mais de mil mortes em 2003”. *O Globo*, 30 de junho de 2004.

---

<sup>24</sup> Em 1º de agosto de 2004, o sítio eletrônico do jornal *O Globo, Globo Online*, fez uma pesquisa com internautas perguntando o seguinte: “Você confia na polícia do Rio?”. Sim, apesar de algumas exceções os policiais, em sua maioria, são honestos, responderam 13,29%. A esmagadora maioria, 86,61%, respondeu que “Não, a corrupção e a brutalidade são generalizadas na polícia do Rio”. Apesar das limitações de uma pesquisa deste tipo e do fato de que “polícia” engloba tanto a Polícia Militar quanto a Civil, qualquer morador do Rio de Janeiro diria a “olho nu” que a percepção que a população da cidade tem da sua polícia é bem expressa por estes números.

<sup>25</sup> Em “Chico Brito”, música de Wilson Batista e Afonso Teixeira datada de 1950, a prisão de um malandro de morro por um policial é descrita assim: “Lá vem o Chico Brito/ Descendo o morro nas mãos do Peçanha”. Segundo indicação do meu amigo Rômulo da Costa Mattos, o verso “nas mãos do Peçanha” era originalmente “nas mãos do Meganha”.

<sup>26</sup> Para a idéia de um “espírito militar” transmitido na AMAN, ver Castro, 1990.

<sup>27</sup> A partir do segundo ano e até o fim da carreira de oficial da Polícia Militar, haverá uma numeração começando no mítico “zero um”, ou seja, no aluno com as melhores notas da escola. Essa numeração corresponde a uma hierarquia, em que são concedidos determinados privilégios aos melhor colocados: moradia no apartamento 01, chamado de “Morada dos Deuses” e onde os calouros não podem pisar.

<sup>28</sup> [http://pt.wikipedia.org/wiki/Academia\\_de\\_Pol%C3%ADcia\\_Militar\\_Dom\\_Jo%C3%A3o\\_VI](http://pt.wikipedia.org/wiki/Academia_de_Pol%C3%ADcia_Militar_Dom_Jo%C3%A3o_VI), acesso às 13:34 do dia 11 de agosto de 2009.

<sup>29</sup> *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999. 3.ed. Verbete “aloprar” à p.104.

<sup>30</sup> Havia outras possibilidades de castigo físico corporal. Venâncio relembra com horror (“Depois fiquei com a consciência pesada três dias”) que chegou a dar um cascudo na cabeça de um dos seus bichos no primeiro dia: “No primeiro dia de veterano, esse Y (nome do bicho) cometeu um deslize e eu dei uma semelhada nele. Que que é uma semelhada? É isso aqui: Toc!” (fecha a mão e faz o gesto de quem bate de cima para baixo na extremidade da cabeça de alguém). O termo “semelhada” é interessante, pois pode estar apontando que o castigo permitido pelo trote visa transformar o bicho em alguém “semelhante” a seu veterano.